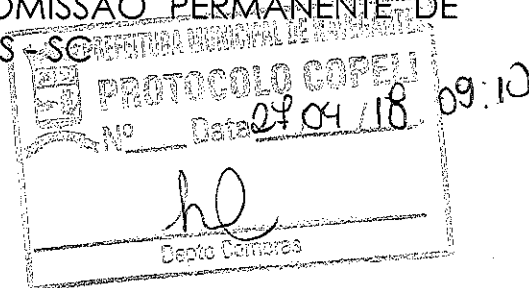


ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC



Edital de Chamada Pública nº 32/2018 PMN

Recorrente: Cooperativa dos Suinocultores do Cai Superior Ltda.

Recorrida: Cooperativa dos Agricultores Familiares de Santa Catarina – COOAF-SC.

COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CATARINA – COOAF-SC, já qualificada, comparece na presença de Vossa Senhoria, para, tempestivamente, e com supedâneo no artigo 109, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** apresentado pela **COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DO CAÍ SUPERIOR LTDA.**, igualmente qualificada, medida que adota pelas razões que passa a expor:

1. Razões da recorrente

De acordo com a recorrente a habilitação da recorrida deve ser revista pela CPL uma vez que deixou de atender ao item 3.3, VII, e ao art. 27, § 3º, IV, da Resolução n. 04/2015, os quais impõem a necessidade de apresentação de cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente, devidamente autenticadas.

Para a recorrente a ausência de registro da ata torna o documento inválido circunstância que faz com que não seja aceito pela CPL.

Relata que pela recorrida foram apresentadas duas atas de Assembléia Geral, sendo: uma de 30 de março de 2015, registrada e com validade até 31/03/2018; outra, de 03 de abril de 2018, da atual diretoria, porém, não foi registrada no órgão competente, por isso, o documento não pode ser aceito por ofensa ao princípio da igualdade/isonomia.

Assim, requer a revisão da decisão da Comissão Permanente de Licitação com a inabilitação da recorrida.

2. Razões da recorrida

Jair Antônio Niero
CPF: 826.981.209-91
Depto. COOAF-SC

Estabelece o Edital de Chamada Pública em epigrafe na parte preambular que "Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de **19/03/2018 a 09/04/2018, das 8 horas as 12 horas e das 13:30 horas as 17:30 horas, na sede da Prefeitura [...]** Data de abertura dos envelopes: 11/04/2018".

Inquestionável que os interessados poderiam apresentar a documentação exigida durante qualquer dia do prazo fixado.

Hipoteticamente, vamos considerar que um interessado (grupo formal) tivesse apresentado a documentação no dia 19/03, e a ata da atual diretoria tivesse sua vigência somente até 31/03, em virtude de a abertura dos envelopes somente ocorrer dia 11/04, deveria ser inabilitada?

Seguindo a regra do edital, talvez. Abrandando a regra do edital, não.

Ora, o edital não disse em que momento a ata de posse da diretoria era válida. Se quando do protocolo ou da abertura dos envelopes.

Diante da ausência de fixação deste marco e considerando que havia um considerável prazo para apresentação da documentação para posterior abertura dos envelopes, indubitavelmente deve ser considerada a data do protocolo da documentação, visando com isso restringir a participação no certame dos grupos interessados.

No caso da recorrida, a situação é um pouco diferente, devendo, no entanto, ser seguido o mesmo raciocínio.

Caso tivesse protocolizado a documentação no período compreendido entre 19 até 31 de março, a ata apresentada da diretoria estaria em vigor, e, diante da omissão do edital, como dito acima, a data do protocolo é que deve ser considerada.

Ocorre que, a recorrida realizou Assembléia Geral em 03 de abril, no curso do prazo facultado a apresentação dos envelopes documentação.

No dia 06 de abril, protocolou o envelope documentação, acostando a ata registrada com validade até 31 de março, e também

Antônio Niero
11.209-91

a ata da Assembléia realizada dois dias antes, sem o registro no órgão competente.

Os membros da CPL, acertadamente e em atitude a ser aplaudida pela coerência e sensibilidade, habilitaram a recorrida, com certeza por terem vislumbrado a omissão do edital quanto à data de validade da documentação a ser considerada, e também pela impossibilidade de a recorrida conseguir registrar a ata no órgão competente(JUCESC) no exíguo prazo de dois dias após a realização da Assembléia.

Por isso, reiteramos, os membros da CPL agiram corretamente ao declarar a recorrida habilitada a prosseguir no certame, devendo, está decisão por mantida.

A recorrida COOAF SC, logo após a realização da Assembléia encaminhou a ata para ser registrada no órgão competente. No entanto, não podemos olvidar que este ato (registro) naturalmente demora (bem mais do que dois dias) que é o prazo entre a data da Assembléia e o protocolo do envelope da documentação.

A recorrida, junta neste ato cópia da ata devidamente registrada, o que somente veio a se verificar em 25/04/2018.

3. Apresentação de documentação diferente daquela exigida no Edital – ausência de prejuízo ao órgão licitante – aplicação do princípio da competitividade e da proposta mais vantajosa.

Admitindo que os integrantes desta CPL, mesmo diante das razões acima, adotem posicionamento contrário, o que é admitido apenas a título de argumentação, cumpre à recorrida aduzir que devem ser analisadas outras questões, notadamente, sopesados diversos princípios que norteiam os certames licitatórios.

Para a recorrente, a administração pública não pode deixar de cumprir as normas do edital as quais se encontra vinculada e que é ele a lei das compras públicas.

Inegável que a administração municipal ao promover a chamada Pública deve observar os princípios norteadores contidos no art. 3º da lei regente, especialmente aquele da legalidade, competitividade, da vinculação ao instrumento convocatório e da

Jair Antônio Niero
15.826.981.209-91

proposta de projeto de venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar.

Contudo, por vezes, alguns princípios acabam colidindo entre si, como no caso em exame em que o princípio da proposta do projeto de venda dos grupos formais do estado e da competitividade poderão deixar de serem observados caso acolhida a pretensão da recorrente.

Deste modo, estariam sendo privilegiados os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade em prejuízo do princípio do projeto de venda dos grupos formais do estado e também da competitividade, exclusivamente, por ter a recorrida apresentado a cópia da ata da eleição da atual diretoria, sem o devido registro no órgão competente, em virtude de a assembléia ter sido realizada no período facultado a apresentação da documentação, não tendo sido possível, tempo hábil o registro da ata até a data do protocolo.

A pretensão da recorrente de inabilitação devido a este fato, se mostra gravosa e desarrazoada ante a possibilidade de a qualquer momento os membros desta CPL em diligência certificar-se quanto à adoção de medidas visando ao registro da ata, conforme neste ato comprovado pela recorrida.

Ademais, não se trata de um documento que se mostra indispensável e relevante como o projeto de venda ou certidões negativas de débito com as fazendas, por exemplo.

Para o órgão licitante, o que mais interessa é que tenha o maior número possível de grupos formais e informais na etapa de análise dos projetos, já que o objetivo da licitação é selecionar projetos de grupos locais, regionais, estadual e do País, conforme normas estabelecidas pelo **FNDE** que proporcione maior retorno financeiro para os municípios, região e estado, podendo, no caso, o projeto de venda da recorrida ser selecionado.

Em sendo acatado o recurso com a conseqüente inabilitação da recorrida, estará sendo praticada ofensa ao princípio licitatório da seleção do projeto de venda para a administração e da competitividade, caracterizando evidente colisão de princípios com aquele da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório.

Jair Antônio Niero
CPF: 826.981.209-91
OAB/SC

Como é sabido, é difícil pesar qual deles – seleção do projeto de venda, da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e competitividade, é o mais importante, eis que em tese não existe hierarquia entre princípios, mas sim, isonomia.

Agora, como já dito, o que mais interessa para a administração municipal é ter o maior número possível de grupos formais e informais na etapa de análise das propostas ou, um grupo formal a menos por ter apresentado um documento (ata) sem o registro no órgão competente, em virtude de não ter sido possível em tempo hábil obter o registro?

É inegável que o que mais deve interessar para a municipalidade é que se possibilite a presença do maior número possível de interessados na fase de classificação do projeto de venda.

Por vezes, como é o caso em epígrafe, o apego ao formalismo exagerado poderá causar enorme prejuízo econômico ao órgão licitante.

É entendimento jurisprudencial que:

"A jurisprudência do STJ, há muito, vem se posicionando contra a admissão de formalismo exacerbado em tema de licitação, assentando entendimento de que, se verificado, não só pode como deve ser afastado (merece destaque: RMS n. 15.530/RS, rel. Min. Eliana Calmon, j. em 14.10.2003 – Informativo n. 188/STJ). Assim, é possível ver com grandes ressalvas alegações de afronta à isonomia e ao instrumento convocatório, pura e simplesmente por não ter sido fielmente cumprido o edital, quando não se constata um mínimo prejuízo advindo disso". (Agravado de Instrumento n. 1001067-81.2016.8.24.0000. Relator: Desembargador Substituto Luiz Antônio Zanini Fornerolli, j. 18/05/2017). (negritamos).

"Sabido e ressabido que "a vinculação ao edital de licitação não autoriza exigências inúteis, desarrazoadas ou desproporcionais, que violem o caráter de competitividade do certame" (Relator(a): Teresa Ramos Marques; Comarca: Araras; Órgão julgador: 10ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 05/12/2016)

Portanto, a pretensão da recorrente de inabilitar a recorrida pelos motivos citados, se mostra inútil, violando o caráter de competitividade da chamada pública, dentre outros, uma vez que não se constata um mínimo de prejuízo ao órgão promotor do certame, acreditando que a recorrente atua com extremo rigor ao pretender a inabilitação da recorrida.

Induvidosamente, a falta de registro da ata não tem nenhuma relevância para o objeto chamada pública, no entanto, por


Jair Antônio Niero
1204 209-91

este motivo é requerida a inabilitação da recorrida, sendo flagrante a pretensão de observância de requisitos meramente formais, menosprezando-se a análise do projeto de venda.

Registre-se, que a manutenção da habilitação da recorrida possibilitará que os agricultores familiares deste Estado, notadamente aqueles da região de Concórdia, possam comercializar seus produtos, melhorando a renda familiar.

4. Requerimento

À luz do exposto, requer o recebimento das **contrarrazões ao Recurso Administrativo** e, após a observância dos demais trâmites de ordem legal, que seja negado provimento ao recurso apresentado pela empresa Cooperativa dos Suinocultores do Caí Superior Ltda., mantendo-se, deste modo, a habilitação da recorrida Cooperativa dos Agricultores Familiares de Santa Catarina COOAF-SC, prosseguindo-se o certame em suas ulteriores etapas.

Requer, igualmente, que todas as decisões tomadas sejam revestidas da devida fundamentação, além do que postula no sentido de ser o representante legal da recorrida cientificado de toda e qualquer decisão que venha a ser prolatada no que se refere ao recurso em epígrafe.

Na hipótese de não serem acolhidas as contrarrazões recursais, postula, desde logo, amparada no artigo 63 da legislação licitatória, no sentido de serem fornecidas imediatamente cópias fotostáticas da integralidade do procedimento de licitação, eis que adotará as medidas judiciais cabíveis que o caso merece.

Requer a juntada da Ata inclusa.

Espera Deferimento.

Concórdia/SC, 26 de abril de 2018.


Jair Antônio Niero
CPF: 826.981.209-91
Presidente COOAF-SC

COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CATARINA COOAF-SC
Jair Antônio Niero – Presidente

Rol de documentos

1. Ata da Assembléia Geral Ordinária



COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CATARINA - COOAF SC

Rua Leonidas Fávero, s/n, bairro Arvoredo, Concórdia - SC, CEP: 89.701-360
CNPJ nº. 07.043.322/0001-67
NIRE nº. 42400019374

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, com início às vinte horas, em terceira e última convocação, reuniram-se cumulativamente em **Assembleia Geral Ordinária** os associados da **COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CATARINA - COOAF SC** -, tendo como local a Sede da COOAF-SC, sito na rua Leonel Mosele, 2555, Bairro Arvoredo, Município Concórdia, Estado de Santa Catarina, com a presença de 23 (vinte e três) associados em condição de votar, conforme lista de presença. O Senhor Presidente, Jair Antonio Niero, fez a abertura e deu as boas vindas a todos, explicando os motivos da convocação, imediata e imediatamente declarou aberta a Assembleia e pediu para que a Srta Marcia da Silva, que atuara como secretária para que procedesse à leitura do Edital de Convocação para as Assembleia Geral Ordinária que o fez e é do seguinte teor: **COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CATARINA - COOAF SC**, situada na Rua Leonidas Fávero, 2555, bairro Arvoredo, Concórdia - SC, CEP: 89.701-360, inscrita no CNPJ nº. 07.043.322/0001-67 e sob NIRE nº. 42400019374, **EDITAL CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**. O Diretor Presidente da **COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CATARINA - COOAF SC**, inscrita no CNPJ sob nº 07.043.322/0001-67 no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, **CONVOCA** todos os sócios, para a **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada no dia três de abril de dois mil e dezoito, na sede da COOAF-SC, situada na rua Leonidas das Favero, 2555, Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina. A instalação da Assembleia será às 18:00 horas, em Primeira Convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) do número dos associados, em Segunda Convocação às 19:00 horas, com metade mais um dos associados, e em Terceira e última Convocação às 20:00 horas, com no mínimo 15 (quinze) associados em condições de votar, para tratar da seguinte ordem do dia: **Em regime de Assembleia Geral Ordinária: 1º - Prestação de contas dos órgãos da administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: Relatório de gestão, balanço do exercício, demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e parecer das auditorias; 2º - Eleição e posse do conselho Administrativo e Fiscal da cooperativa. 3º - Assuntos gerais de interesse da cooperativa.** A Assembleia se realizará na sede da COOAF-SC, situada na rua Leonidas das Favero, 2555, Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, no dia 30 de março de dois e dezoito, JAIR ANTONIO NIERO, Diretor Presidente. O Edital acima foi amplamente divulgado, obedecendo ao prazo legal, foi publicado no Jornal O JORNAL, que representa o veículo de comunicação escrita com circulação na cidade de Concórdia e Região, edição de sábado, 17 de março de dois e dezoito, página 06, no mural da Cooperativa, local de maior fluxo de Associados e também encaminhada correspondência individualmente aos Associados. Após a leitura do Edital, o Presidente retomou a palavra, deu boas vindas a todos e deu início a Assembleia passando a palavra ao Diretor Adriano Alex Detofano que passou a discutir o primeiro item da Assembleia Geral Ordinária: Item 1º Prestação de contas dos órgãos da administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: Relatório de gestão, balanço do exercício, demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e parecer das auditorias.

Jair Antonio Niero



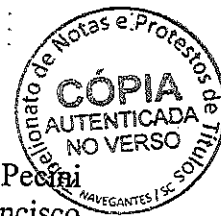
Apontou as dificuldades enfrentadas no decorrer do ano, bem como em material visual (apresentação de data show), onde os relatórios e números financeiros e fiscais foram projetados e as dúvidas dos presentes esclarecidas. Na sequência a Assembleia elegeu o Sr. Ernani Sewald para presidir a aprovação das contas e a associada Salette Cavassin Mariotti como secretária "ad hoc" para registrar a votação das contas. O conselheiro fiscal fez a leitura do parecer de Aprovação das Contas Relativas ao Exercício 2017, assinado pelos Conselheiros Marcos Marinho Weimer e Cristiane Presotto -. **Quanto ao item 2 Item 2º** do edital, Eleição e posse dos membros do Conselho de Administração e Fiscal: conforme estabelece o Estatuto Social. O Presidente passou a coordenação do processo eleitoral para a Comissão Eleitoral composta pelos Associados **Hamilton Ritter, Ernani Sewald e Ademir dos Santos**, para coordenar o processo da eleição, foi suspensa novamente a Assembléia por cinco minutos, para que os associados montassem suas chapas. Como houve apresentação de uma única Chapa, que foi feita a apresentação para conhecimento dos presentes. Da mesma forma foi apresentada a cédula de votação, na qual o associado vota pelo "SIM" ou pelo "NÃO", concordando ou não com os candidatos apresentados. A eleição será realizada através de voto secreto e os associados aptos a votar serão chamados conforme lista de presença, assinadas pelos presentes antes do início da Assembléia. Ficando os nomes dos candidatos para preenchimento das vagas e também dos Conselheiros, composta pelos Associados: **Conselho de Administração para o mandato de 01/04/2018 a 31/03/2021 : Diretor Presidente – JAIR ANTONIO NIERO**, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado em Linha Suruvi, interior, município de Concórdia – SC, Cep: 89700-000, inscrito no CPF sob o nº 826.981.209-91, portador do RG nº 2.136.509-1, expedida pela SSP/SC, em 06/08/2003, divorciado; **Diretor Vice-Presidente – MARCIA DA SILVA**, brasileira, agricultora, residente e domiciliado em Rua Tancredo de Almeida Neves, 165, Bairro da Nações, município de Concórdia – SC, Cep: 89700-000, inscrito no CPF sob o nº 030.180.819-86, portador do RG nº 3.857.717, expedido pela SSP/SC, em 27/01/2015, Divorciada; **Diretor Tesoureiro – ADRIANO ALEX DETOFANO**, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado na Linha Arvoredo, Interior, município de Concórdia – SC, Cep: 89700-000, inscrito no CPF sob o nº 039.334.719-23, portador do RG nº 3.815.633, expedido pela SSP/SC, divorciado; **Suplentes: MARCOS MARINHO WEIMER**, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado em Linha Guaraipo, interior, município de Arabutã – SC, Cep: 89740-000, inscrito no CPF sob o nº 024.002.989-55, portador do RG nº 3.185.468, expedido pela SSP/SC, em 14/03/2007, solteiro – **EDI MARIA PILONI**, brasileiro, agricultora, residente e domiciliado em Linha Santa Catarina, interior, município de Concórdia – SC, Cep: 89700-000, inscrito no CPF sob o nº 017.997.369-03, portador do RG nº 2.321.547, expedido pela SSP/SC, em 01/10/2010, casado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens; **Conselho Fiscal Efetivo - eleitos para o mandato de 03/04/2018 a 31/03/2020: ALACI PEDRO WAMMS**, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado em Linha Lageado Paulino, interior, município de Concórdia – SC, Cep: 89700-000, inscrito no CPF sob o nº 019.752.719-12, portador do RG nº 3.188.301, expedido pela SSP/SC, em 30/09/2010, casado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens; **RICARDO BELLAN**, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado em Linha São Paulo, interior, município de Concórdia – SC, Cep: 89700-000, inscrito no CPF sob o nº 039.273.419-24, portador do RG nº 3.187.065-1, expedido pela SSP/SC, em 19/03/2002, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, **CRISTIANE PRESOTTO**, brasileiro, agricultora, residente e domiciliado em Linha Arvoredo, interior, município de Concórdia – SC, Cep: 89700-000, inscrito no CPF sob o nº 066.708.799-03, portador do RG nº 4.731.108-8, expedido pela SSP/SC, em 03/11/1999, Solteira; **DARCI LUIZ DA SILVA**, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado em Linha Arvoredo,

José Antônio Niero





interior, município de Concórdia – SC, Cep: 89700-000, inscrito no CPF sob o nº 898.688.629-49, portador do RG nº 3.154.192, expedido pela SSP/SC, solteiro, **VALDINEI DALBERTI**, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado em Linha Arvoredo, interior, município de Concórdia – SC, Cep: 89700-000, inscrito no CPF sob o nº 032.902.799-95, portador do RG nº 4.121.022, expedido pela SSP/SC, em 12/03/2010, Casado comunhão parcial de bens, **JORGE LUIS GEUDA**, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, 74, município de Concórdia – SC, Cep: 89700-000, inscrito no CPF sob o nº 040.857.309-08, portador do RG nº 3.935.665, expedido pela SSP/SC, em 29/11/2007, casado pelo regime de comunhão universal de bens. Feita a apresentação dos candidatos o Associado **Hamilton Ritter** coordenador dos trabalhos da Comissão esclareceu novamente sobre o processo de eleição que será através de votação secreta, a cédula será assinalada pelo "SIM" ou pelo "NÃO" e os Associados serão chamados um a um conforme lista de presença assinada antes do início da Assembléia. Realizada a votação e posteriormente a apuração, constatou-se o seguinte resultado: Total de votantes 23 (vinte e três); sendo apurado todos os 23 (vinte e três) votos pelo "Sim"; e nenhum pelo "Não". Não teve nenhuma abstenção de cooperados na Assembléia. Com base nos resultados a Comissão declarou eleitos e empossados os membros que farão parte do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Suplentes. Todos os eleitos declaram que não estão impedidos por lei, ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, bem como não são parentes entre si, até segundo grau e linha reta ou colateral com demais membros do Conselho de Administração e Fiscal. Finalizada a eleição, passou-se para a discussão do **Item 3 do Edital**, nos assuntos gerais o Sr. Presidente põem em apreciação os seguintes nomes de agricultores e agricultoras familiares para ingressar no quadro associativo da COOAF-SC, onde a secretaria fez a leitura dos seguintes nomes: Alcedir Munaretto cpf 34582479987, Ines Colussi Munaretto cpf 01995118966, Airton Roberto Muller cpf 63745828968 e Rosana Heidt Muller cpf 91503574920, Beatriz Fernanda Kich cpf 112.477.449-14, Sirlei Albiero Favaron CPF n. 027.42.349-62, Vanusa Antonia Perin Cavassin, 636.859.739-91, Odila Maria Coldebella CPF 055.683.289-27, Ediane Leonice Lohmann Wammes CPF 047.445.969-16, Reni Francisco Galelli cpf 593.545.699-00, Noeli Coldebella Galelli CPF 647403589-72, Rodrigo Resmini cpf 062.881.679-08, Josemar Roque Gusatto CPF 81246587904, Ameri Clarisse Pellizzaro Gusatto CPF 01630818917, Ejarcí Demarco CPF 34739904934, Alaidés Demarco CPF 58624970997, Aldir Claudio Camillo CPF 50128825987, Leandro Demarco CPF 00660789973, Janete Da Silva Demarco CPF 04849504957, Naidi Camilo CPF 00111254973, Achilles Massoche cpf 34589163934, Neusa Resmini Massoche cpf 02793446947, Alcieu Zamboni cpf 02937849903, Rosa Maria Pansera cpf 03935209940, Aldir Claudio Camillo cpf 50128825987, Naidi Camillo cpf 00111254973, Carlos Francisco Trentin cpf 67811957949, Sonia Schnarbach Trentin cpf 04459753936, Rodrigo Resmini cpf 06288167908, Edgar Brancher cpf 03902874902, Ejarcí Demarco cpf 34739904934, Alaidés Demarco cpf 58624970997, Elto Luiz Camillo cpf 50335596991, Maria Salete Vargas Camillo cpf 06292265986, Gentil Massoche cpf 19582730900, Elsa Alberti Massoche cpf 01631279998, Hilário Pedro Ritter cpf 21943672920; Sisto Domingos Marchesan cpf 09428984949, Ines Marchesan cpf 02363673905, Marilene Moi Ritter cpf 92377025900, Leandro Demarco cpf 00660789973, Luiz Piloni cpf 46921265900, Janete da Silva Demarco cpf 04849504957, Valdecir Luiz Cassol cpf 46019910997, Roseli Maria

João Antonio Neri



Cassol cpf 92376134900, Armelinda Salvador Detofano cpf 04327565903, Leandro Pechini cpf 06437606959, Franciele Bortoletti Monsão cpf 09235164923, Maicon Francisco Fracasso cpf 03758420989, Marciele Kerber Fracasso cpf 06404411903, Neuri Alberto Boscatto cpf 43075525987, Marli Maria Galelli Boscatto cpf 01827003995, Reni Francisco Galelli cpf 59354569900, Noeli Coldebella Galelli cpf 64740358972, Valdecir Meneghetti cpf 48086215920, Dileta Zamboni Meneghetti cpf 04172528970, Vitorino Nespolo cpf 29673984972, Ana Witto Nespolo cpf 03943906957, Vital Simioni cpf 09429085972, Sandro Pizzato cpf 89287967920, Rogerio Pedron cpf 51658860934, Luiz Scota cpf 10536450900, Carlos Roberto Bosetti cpf 58055584915, Noeli Bortolini Bosetti cpf 89336003968, Genecio Francisco Klein cpf 59062290949, Lucia Casagrande Klein cpf 83181954934, Hamilton Ritter cpf 705372249-04, Rudolfo Kramer cpf 19461054068, Marlene Kramer cpf 68274882091, Clair Einsfeld cpf 501590209-30, Sueli S. Einsfeld, Evanir Roque Engel cpf 86810979972, Valdecir Antonio Fiorentin cpf 59754667972, Zeli Sandi Dalla Costa cpf 65764773920, Salete Resmini Detofano cpf 02525876938 e Marli Sandra Gross cpf 93373899915. Esses nomes de agricultores e agricultoras foram apresentados e os presentes por unanimidade em voto de aclamação aprovaram a participação dos mesmos no quadro social da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Santa Catarina – COOAF-SC. Outro assunto apresentado e referente ao aumento do mix de produtos oferecido para os projetos do PNAE, pois se torna necessário em virtude ao aumento do custo da logística e também a diversidade de produtos que as prefeituras vem apresentando em suas chamadas públicas, exemplo disso é o município de Correia Pinto que na chamada pública de 2017 teve uma grande diversidade de produtos industrializados e não industrializados e dando prioridade aos produtos orgânicos. Não tendo nada mais a tratar a presente ata foi lida e aprovada pelos participantes e segue assinada por mim Marcia da Silva que lavrei a presente e pelo presidente. Além de ter 23 (vinte e três) cooperados, que assinaram a lista de presença. Esta ata foi processada por meio eletrônico.

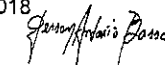

Jair Antônio Niero
Presidente


Marcia da Silva
Secretária



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 25/04/2018 SOB Nº: 20189262176
Protocolo: 18/926217-6, DE 25/04/2018

Empresa: 42 4 0001937 4
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE SANTA CATARINA
COOAF-SC


GERSON ANTONIO BASSO
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO